

REFLETINDO AS LEIS: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS.

Autor: Biagio Ítalo Ribeiro Grisi Paiva¹

biagioitalo@yahoo.com.br

Orientador: Patrícia Cristina de Aragão Araújo²

RESUMO

Diante das discussões, críticas acerca das temáticas afro-brasileiras, resolvemos discutir as pluralidades culturais vigentes no Brasil, herança das colonizações que deixaram uma rica cultura em nosso território, a cultura afro-brasileira. Como bem o nosso título expressa, abordaremos alguns pontos trabalhados nas aulas de Estágio Supervisionado I no 5º período do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba, assim analisamos dois livros didáticos e exploramos o tema proposto: A cultura afro-brasileira nos livros didáticos antes da Lei nº. 10.639, sancionada em 2003, a partir desta análise observamos as dificuldades em encontrar abordagens nos livros sobre a temática antes da lei, como também o singelo aparecimento do tema nos livros didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Afro-Brasileira. Ensino de História. Livro didático.

ABSTRACT: With the discussions, critics towards the afro-Brazilian thematic, we resolved to argue about the cultural plurality presented in Brazil, inheritance of the colonizations that left a rich culture in our territory, the afro-Brazilian culture. How our title express, we're gonna approach some points worked inside the supervised stage classes I in the 5º period of the history course at Stated University of Paraíba, so, we are gonna analyze two didactic books and explore the proposed theme. The afro-Brazilian culture in the didactic books before the law number 10.639, that came out in 2003, through this analyses we could observe the difficulties of finding (abordagens) into the didactic books.

Key-Words: Afro-Brazilian Culture, History Teaching, Didactic Book.

* Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

INTRODUÇÃO

A pluralidade cultural é um tema que vem sendo estudado atualmente por várias áreas de conhecimento, visando à abordagem da diversidade e das várias manifestações culturais presentes na sociedade. O intercâmbio entre as várias culturas pode propiciar a troca e vivências sobre práticas, costumes, regras de conduta, formas de alimentação, artes, enfim, ampliar o repertório de conhecimentos entre municípios, estados e países.

Em nosso país, possuímos uma cultura afro-brasileira que faz parte da nossa raiz histórica e que não pode ficar afastada do sistema educacional. Resgatar esta cultura significa valorizar e enriquecer o patrimônio cultural brasileiro trazendo à pauta aos nossos alunos toda construção coletiva historicamente criada pela humanidade, de uma forma contextualizada e centrada na criticidade.

Em 2003 foi sancionada a Lei nº. 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9394/1996) e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio. Face à existência desta lei, faz-se necessário a proposição de atividades ou estratégias de ação para viabilizar o desenvolvimento desta temática na escola, acredito que o professor é um agente ativo quando se trata em buscar essas estratégias.

O presente estudo tem como objetivo suscitar a reflexão sobre a possibilidade da inclusão do tema História e Cultura Afro-Brasileira no que diz respeito à aplicabilidade no âmbito escolar. Para endossar mais ainda nossa discursão, remeteremos a memória o período da vida escolar, durante o ensino fundamental II e ensino Médio, onde o tema culturas afro-brasileira era resumidamente restrito ao período colonial com as discursões sobre o período da escravidão, tráfico negreiro e mais a frente no fim do império brasileiro com a abolição da escravidão. O tema não tratava das características culturais, apenas pontos isolados dentro de um contexto.

DESENVOLVIMENTO

No presente texto diante das lembranças recorrentes as experiências como aluno, que estudou antes da obrigatoriedade do ensino vigente pretendemos esboçar uma reflexão acerca da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Primeiramente faremos uma discursão a cerca da palavra escravo, que foi sempre atribuída a pessoas em determinadas condições de trabalho. Portanto, a palavra escravo não existiria sem o significado do que é o trabalho e das condições para o trabalho. Quando nos referimos, em sala de aula, ao escravo africano, nos equivocamos, pois ninguém é **escravo**– as pessoas foram e são **escravizadas**. O termo escravo, além de naturalizar essa condição às pessoas, ou seja, trazer a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, também possui um significado preconceituoso e pejorativo, que foi sendo construído durante a história da humanidade. Além disso, nessa mesma visão, o negro africano aparece na condição de escravo submisso e passivo.

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Juntamente com a lei também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola africano, o Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil, uma forma de conscientizar a sociedade e quebrar o preconceito, como também a visão eurocêntrica ensinada, então citamos.

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente

* Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

índios e negros. Quando aparecem nos didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada (Oriá, 1996).

Sendo assim, como trabalhar com essa temática em sala de aula?

Os livros didáticos já estão quase todos adaptados com o conteúdo da Lei 10.639/03, inclusive com as ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são múltiplas, podemos recorrer às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

METODOLOGIA

Análise do livro didático do Ensino Fundamental II anterior e posterior a Lei 10.639.

Contudo, o trabalho realizado refere-se à análise de livros didáticos referente ao 6º ano do ensino Fundamental II, onde foram feitas uma relação das abordagens referentes a História da África e da cultura afro-brasileira, antes e após a Lei de 10.639 que torna obrigatória o ensino de História da África, das questões étnico raciais e afro-brasileira no ensino da educação básica. Os livros analisados foram HISTÓRIA EM DOCUMENTO (imagens e textos) da autora Joelza Ester Rodrigues e NAVEGANDO PELA HISTÓRIA das autoras Silvia Panazzo e Maria Luiza Vaz.

O que nós percebemos no livro que antecede a Lei 10.639 é uma abordagem da África, abordagem esta a partir do tema das grandes navegações, onde o africano aparece como o sujeito que foi dominado e por isso foi escravizado e foi retirado do seu continente de origem para realizar o trabalho escravo em terras do Novo Mundo. Essas referências levam o aluno/leitor a refletir que essa dominação veio a ocorrer de forma passional, não havendo resistência nenhuma por parte deles, pois o livro em sua narrativa não faz referencia nenhuma a o que antecedia no continente africano, para que

* Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

o processo de venda dos negros africanos e a escravidão pudesse ser possivelmente concretizados.

Além disso, são reservados pequenos trechos que trata da vida cotidiana do afro-brasileiro acerca da verdadeira participação do negro durante a colonização das Américas, principalmente no processo de colonização do Brasil, onde são retratados quando se refere as atividades econômicas e exploração, onde o negro são retratados desenvolvendo os mais variados trabalhos manuais, sendo castigados e violentados por desobedecerem a uma ordem de uma suposta 'autoridade' senhorial. Como observamos, muito pouco ou quase nada é abordado no que se refere à verdadeira participação e importância do afro-brasileiro e africano para a construção intelectual do nosso país, como sujeitos fundamentais para a construção da nossa identidade cultural, já que somos um país miscigenado.

No livro didático NAVEGANDO PELA HISTÓRIA, mesmo sendo publicado após a Lei, deixa muito a desejar quando remetemos ao tema defendido na Lei 10.639, sendo notória uma grande falha nas abordagens sobre História da África, culturas afro-brasileira referida apenas de forma superficial e resumida no contexto da história sobre o Egito Antigo, e é mencionada um pouco depois sobre seus reinos antigos, e um pequeno texto onde é abordado um pouco da vida cotidiana da África atual.

Neste capítulo o texto relata apenas as deficiências, e as fragilidades que uma parte do continente enfrenta, ou seja, mesmo sendo obrigatória a apresentação de conteúdos que mostrem a importância da África e de toda a sua história durante todo contexto histórico a mesma é vista de maneira GENERALIZADA e sendo relatada de forma bem superficial, diga-se de passagem, de forma folclórica apresentando algumas referências muitas das vezes apenas sobre sua colaboração na gastronomia, na dança e na religiosidade.

A África, portanto, ainda continua sendo demonstrada como um Continente extremamente pobre, onde as pessoas vivem em situação de extrema miséria, sofrendo das mais variadas doenças e esquecem que como tudo há suas exceções e que muitos países da África possuem riquezas, características e culturas riquíssimas, e que os africanos que foram obrigados a sair de sua terra natal para servir como força de trabalho nas mais variadas atividades em terras desconhecidas, tiveram um papel fundamental para a construção econômica e cultural na história do Brasil, que os mesmo resistiram e lutaram não sendo apenas um povo dominado, escravizados.

* Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

O que de fato é preocupante é constatar que esses livros analisados são indicados para as séries de alunos que se encontram na idade de formação de valores e por isso os conceitos assimilados deverão moldar as suas personalidades, construindo suas identidades e reforçando padrões de comportamento. A escola como um todo e o livro didático em particular, ao apresentarem somente os valores morais e estéticos branco-ocidentais, impossibilita a convivência com o diferente.

A falta de referenciais positivos à autoestima da criança negra haverá de prejudicar a formação integral de sua personalidade ou mesmo dificultar o seu sucesso escolar. Não é difícil imaginar que uma das consequências será a sua dificuldade ao acesso à posições de destaque no mercado de trabalho.

A pesquisa mostrou a enorme desigualdade existente no livro didático, entre o tratamento dado ao branco e aos não-brancos, alertando para a existência de uma política educacional que teima em fazer vistas grossas à nossa realidade de país multicultural e com uma pluralidade étnica que nos faz diferentes de outros povos. O grande mal perpetrado pelo livro didático ao silenciar sobre as questões étnico-culturais, é a introjeção na criança negra do sentimento de rejeição à sua identidade.

Tomando como exemplo a coleção analisada, uma das melhores e mais bem conceituada, pode-se concluir que o silenciamento sobre a efetiva participação do negro é quase total e a criança negra não tem parâmetros para ver-se inserida positivamente na sociedade.

A execução de uma política educacional que tenha por objetivo a erradicação da discriminação racial na escola deverá dedicar uma atenção especial ao livro didático, livrando-o de uma visão que insiste em desconhecer a existência de uma diversidade étnica e cultural na sociedade brasileira. Tal ação por certo ajudará na formação de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

CONCLUSÃO

Concluimos que é necessário haver mais uma fiscalização e incentivo governamental para a inserção de políticas públicas afro-brasileira nos livros didáticos e nas escolas públicas que realmente funcionem, apesar da decretação da lei no ano de 2003, poucos observaram a discussão ou tema nos livros didáticos, como percebemos, há apenas uma discussão básica nos livros didáticos acerca da nossa temática.

* Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

REFERÊNCIAS